

GRAMPO BAIANO

PSDB prepara troca de integrantes do Conselho de Ética para tentar evitar cassação do senador. Partido busca com PFL impedir que decisão seja tomada pela Mesa Diretora

Manobra para salvar ACM

RUDOLFO LAGO

DA EQUIPE DO CORREIO

O PFL busca no PSDB esteio para tentar conseguir evitar a cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) já no Conselho de Ética. O partido quer evitar que a decisão final recaia sobre a Mesa do Senado, onde ficaria mais evidente uma motivação política de proteger ACM. Na próxima terça-feira, o Conselho de Ética vota o relatório do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), que pede a cassação de Antonio Carlos Magalhães.

Somente no próprio Conselho de Ética poderia ser negociada uma pena mais branda para o senador baiano que não a cassação. Se o relatório sobre o envolvimento do senador no escândalo dos grampios baianos for aprovado pelo Conselho de Ética, nas etapas seguintes a hipótese de cassação só poderá ser acatada ou rejeitada. Ou seja, ou ACM permanece no Senado completamente absolvido ou perde o mandato.

Embora o próprio ACM não admita discutir a troca da cassação pela suspensão temporária do mandato, o PFL entende que a hipótese da sua absolvição, politicamente, hoje é praticamente impossível. A gravação da conversa do senador com o jornalista Luís Cláudio Cunha e a apuração da Polícia Federal demonstram que ACM, no mínimo, envolveu-se diretamente com o esquema de escuta telefônica ilegal que se armou na Bahia e tirou proveito político e pessoal disso. Não é, portanto, completamente inocente no episódio para ser, simplesmente, absolvido. A margem de discussão, portanto, está em se avaliar se a sua responsabilidade implica a perda de mandato ou uma pena mais branda.

As conversas mais avançadas para tentar obter esse resultado para ACM acontecem com o PSDB. O PFL e o PSDB têm uma aliança tática para fazer oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. É dentro dessa aliança que se dão as conversas para salvar ACM. Há duas semanas, foram tema de uma reunião da bancada tucana no Senado. Cogitou-se mesmo a hipótese de substituição dos atuais titulares do partido no Conselho de Ética, Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). "Nós somos aliados do PFL. Nesse sentido, nós precisamos dar alguma sinalização a eles. O que podemos fazer?", indagou o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), no início da reunião. "Fica muito difícil assumir publicamente uma posição dessas", rebateu Antero, admitindo, porém, uma posição diferente caso a votação no Conselho de Ética fosse secreta. Como Geraldo Mesquita já aponta a pena de cassação em seu relatório, a votação no conselho já terá de ser secreta.

"É uma situação extremamente desagradável", desabafou Sérgio Guerra. Cogitou-se a hipótese de Guerra faltar à votação, para ser substituído pelo senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), ligado ao senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). "Para mim, não há problema em defender Antonio Carlos", disse Tasso na reunião. "Todos sabem que temos relação

Carlos Moura 22.04.03



ACM, ROSEANA E TASSO: PEFELISTAS E TUCANOS TENTAM SAÍDA PARA EVITAR A CASSAÇÃO DO CACIQUE BAIANO, ACUSADO DE COMANDAR ESQUEMA DE ESCUTAS ILEGAIS

PASSO-A-PASSO DO PROCESSO

✓ Na próxima terça-feira, o Conselho de Ética do Senado vota o relatório do senador Geraldo Mesquita, que pede a cassação de ACM. O PFL deve apresentar um voto em separado pedindo uma punição mais branda.

✓ Se o relatório de Mesquita for aprovado, segue para a Mesa Diretora do Senado. A Mesa pode arquivar ou dar prosseguimento ao processo. Além de Sarney, ACM conta na Mesa com os votos do primeiro, do segundo e do terceiro secretários do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), Alberto Silva (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (PFL-PI). Contra ele, estarão o primeiro e o segundo vice-

presidentes, Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O fiel da balança seria então o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O arquivamento pela Mesa, no entanto, geraria um problema político delicado: os dirigentes do Senado, nesse caso, se julgariam mais capacitados para tomar uma decisão sobre o comportamento ético de um senador que o próprio Conselho de Ética do Senado.

✓ Se a Mesa arquivar o processo, poderá haver uma grande discussão jurídica. Há quem entenda que, nesse caso, um partido político poderia apresentar

formalmente um pedido de cassação de ACM. Há quem julgue que, tomada a decisão da Mesa, esse pedido já não seria cabível. Uma outra discussão jurídica é se cabe ou não recurso da decisão da Mesa ao plenário do Senado.

✓ Se a Mesa aprovar o processo, a decisão será publicada na edição seguinte do *Diário do Senado*. O intervalo entre a decisão e a publicação é o prazo final que ACM tem para renunciar ao seu mandato e escapar da cassação. Publicada a decisão da Mesa, o processo para apurar a perda de mandato fica instaurado e a renúncia deixa de ser possível.

O Conselho de Ética volta, então, a analisar o caso. Agora, já para concluir ou não pela cassação. Se chegar a essa etapa, o mais provável é que o Conselho de Ética repita a decisão pela cassação. Seria incoerente proceder de outra forma se vier a aprovar na próxima terça o relatório de Mesquita.

✓ Aprovada a cassação, a decisão tem de ser ratificada pela Comissão de Constituição e Justiça.

✓ Se a CCJ aprovar a cassação, o processo é submetido, em votação secreta, pelo plenário do Senado. ACM será cassado se essa for a vontade de dois terços dos senadores.

PARA MIM, NÃO HÁ PROBLEMA EM DEFENDER ANTONIO CARLOS

Tasso Jereissati (PSDB-CE), senador

de amizade, e eu não estou convencido de que haja provas de um delito a ser punido com cassação". Tasso completou: "Mas o melhor seria que você deixasse o conselho logo, para a troca não ficar evidente".

Guerra não deixou o Conselho de Ética. Na última reunião, foi um dos que pediram vistas do relatório de Geraldo Mesquita (um tempo maior para analisar seus argumentos antes da decisão, o que deu a ACM mais uma semana antes da palavra final do Conselho de Ética). Mas a possibilidade da substituição não é totalmente descartada.

Relatório contundente

O que atrapalha agora os entendimentos entre o PFL e o PSDB é

a contundência do relatório de Mesquita. Nem pefelistas nem tucanos esperavam que o senador acreano fosse fazer um relatório tão fundamentado e tão determinante no sentido de estabelecer a cassação como a única pena possível para o delito cometido por ACM. O relatório de Mesquita diz respeito a uma etapa anterior ao processo de cassação propriamente dito (*leia quadro sobre a tramitação*).

Trata-se de uma investigação sumária destinada apenas a determinar se havia ou não elementos para a instauração de um processo por quebra de decoro parlamentar. Nesse sentido, PFL e PSDB esperavam que Mesquita agora apenas indicaria a necessidade de abertura do processo,

sem especificar a pena. Nesse caso, os defensores de ACM ganhariam tempo para negociar uma punição mais branda. Na hipótese mais pessimista, imaginavam que ele poderia pedir a cassação, mas deixando mais margem para a discussão sobre a pena.

Mesquita citou uma série de juristas, filósofos e cientistas políticos para ampará-lo na tese de que o uso político do produto de um crime é uma falta ética que só pode ser punida com a perda do mandato. O PFL ficou numa saia-justa. Até a semana que vem, terá de convencer ACM a aceitar uma punição mais branda. Aí, preparar um voto em separado para se contrapor ao relatório de Mesquita. E, na votação, vencer o senador acreano.